

ELEIÇÕES SINDICAIS NESTA QUINTA

Chapa 1: "Classista e de Luta!" foi a única inscrita no pleito

Acontece nesta quinta-feira, dia 07 de maio, o processo eleitoral do Sindicato dos Bancários de Irecê e Região. Apenas uma chapa foi inscrita para a disputa, a **Chapa 1: "Classista e de Luta!"**, que tem o funcionário do Banco do Brasil, Carlos Alberto Bezerra, atual Presidente da entidade, como candidato à reeleição. A Chapa é composta por vinte e dois membros, distribuídos nas mais diversas agências que compõem a base da entidade sindical.

As eleições terão início às 08:00h desta quinta-feira, com previsão de encerramento às 17:00h do mesmo dia. As urnas itinerantes percorrerão as 20 cidades e 41 unidades bancárias da base do Sindicato de Irecê.

Rotas das urnas

URNA 01 - Irecê e João Dourado.

URNA 02 - Ibititá, Ibipeba, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana e Lapão.

URNA 03 - Presidente Dutra, Uibaí, Central, Jussara e São Gabriel.

URNA 04 - América Dourada, Cafarnaum e Morro do Chapéu.

URNA 05 - Gentio do Ouro, Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia.

O processo eleitoral conta com a participação de vários trabalhadores de diversos segmentos que atuarão como mesários e fiscais durante o pleito, além

Carlos Alberto Rodrigues Bezerra,
funcionário do Banco do Brasil
Agência Lapão/BA e atual
Presidente da entidade, é
candidato à reeleição pela
Chapa "Classista e de Luta1"



de contar com muitos bancários que compõem a comissão eleitoral e a junta apuradora.

"Agradecemos antecipadamente aos comerciários, servidores da saúde, bancários e demais trabalhadores envolvidos na coleta e apuração dos votos. O envolvimento de outras categorias visa dar ainda mais transparência ao processo eleitoral", destaca Carlos Alberto, atual presidente do Sindicato.

O resultado da eleição deverá ser conhecido por volta das 20:00h desta quinta-feira.

A participação de todos os associados é fundamental para a valorização da democracia sindical.

ELEIÇÕES SINDICAIS

Confira a composição da Chapa 1 "Classista e de Luta!"

A nova Diretoria do Sindicato dos Bancários de Irecê e Região será composta por 22 membros:

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: **Carlos Alberto R. Bezerra** - Banco do Brasil
Vice-presidente: **Gilvaneto Pereira de Almeida** - Bradesco
Secretária Geral: **Lucélia Batista de O. Amorim** - Bradesco
Diretor de Finanças: **Gessival Santos Rosa** - Bradesco
Dir. de Adm., Pat. e Inform.: **Roberto Pereira Machado** - BB
Dir. de Ass. Jurídicos: **José Carlos O. de Carvalho** - Bradesco
Dir. de Imp. e Comunicação: **Valdi Pereira de Freitas** - BB
Dir. Rep. Junto à Federação: **Edson Ferreira Gonçalves** - BNB
Diretora de Saúde e Previdência: **Raquel Santana** - BB
Dir. de Form. Sind., Esp. e Cultura: **Talles Wigino P. Lins** - CEF

SUPLENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA:

Cláudio Cunha Dourado - Banco do Nordeste do Brasil
Hugo Souza da Silva - Caixa Econômica Federal
Jusselino Manoel de Almeida - Banco do Brasil
Deraldo Otávio Dourado - Banco do Brasil
Demócrito Germano Santos de Freitas - Bradesco
Ana Santana Ferreira - Bradesco
Conselheiro Efetivo: **José Adauto P. de Souza** - Bradesco
Conselheiro Efetivo: **João Neto Queiroz** - Banco do Brasil
Conselheira Efetivo: **Sara Aparecida Batista Neiva** - Bradesco
Conselheira Suplente: **Adalice Maria M. Dourado** - Bradesco
Conselheiro Suplente: **Nilton Amorim de Carvalho** - BB
Conselheira Suplente: **Gilvanete Valcã Novais** - Bradesco

Presidenta da Caixa recebe bancários nesta quarta

A presidenta da Caixa, Miriam Belchior, recebe a CEE (Comissão Executiva dos Empregados), nesta quarta-feira (06/05), em Brasília. O encontro é, sem dúvida alguma, uma boa oportunidade para tratar dos problemas da empresa.

A ampliação do quadro de funcionários é um dos assuntos. A instituição financeira precisa acelerar as convocações dos aprovados em concurso público.

As agências carecem de mão de obra. Os bancários trabalham sobrecarregados e os clientes têm de esperar



Miriam Belchior receberá bancários nesta quarta-feira

muito para ter atendimento. A falta de estrutura agrava o problema.

Os funcionários também esperam que Miriam Belchior apresente projetos para o banco, um dos mais importantes do país e responsável pelos principais programas de inclusão social do governo federal.

Outro assunto certo é a ampliação do canal de comunicação entre empresa e empregados. A intenção é evitar que boatos, como a venda da Caixa, sejam espalhados e acabem afetando os bancários desnecessariamente.

Fonte: SEEB/BA

NEGOCIAÇÃO POR BANCO II

Bancários do BNB vão cobrar pendências do novo Presidente

Os funcionários do BNB estão ansiosos por alguma boa notícia do banco, que só pagou a PLR (Participação dos Lucros e Resultados) em abril. No entanto, o que vem por aí não parece bom.

Em uma clara demonstração de articulação política do vice-presidente Michel Temer (PMDB), houve mudança na presidência da instituição. Saiu o paulista Nelson Antonio de Souza para a entrada de Marcos Holanda, que, pelo currículo apresentado, não representa nenhuma novidade.



Marcos Holanda será cobrado pelos benebeans

O economista possui boa relação com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e é colega de turma do atual presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Além disso, Marcos Holanda coordenou a última campanha ao governo do Ceará de Enuncio Oliveira, do PMDB.

A mudança acende o sinal de alerta para os bancários, insatisfeitos com o descaso da empresa que não deu o reajuste da PLR com base no acréscimo divulgado de 2012, quando os dividendos subiram de R\$ 508,50 milhões para R\$ 820,00 milhões. Total desrespeito com o funcionalismo!

AJUSTE FISCAL

Começa análise das MPs 664 e 665; Centrais pedem revogação

Começou ontem no plenário da Câmara a análise das Medidas Provisórias 664 e 665, lançadas no final de 2014 pelo governo federal, e que alteram a concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas. As MPs precisam ser apreciadas pelos deputados e senadores antes de entrarem em vigor. Na semana passada, a medida provisória que altera as regras do seguro-desemprego, do seguro defeso e do abono salarial (MP 665) teve seu relatório aprovado por 12 votos a 7, pela Comissão Mista destinada a analisar a matéria.

Para as centrais sindicais, a palavra de ordem é revogação total das medidas provisórias. Em reunião com a presidenta Dilma na quinta-feira (30), as lideranças sindicais refizeram o pedido de que as MPs sejam retiradas de tramitação do Congresso. Os sindicalistas editaram em janeiro nota em defesa dos direitos sociais e trabalhistas e do emprego. O documento argumenta que as medidas são altamente prejudiciais aos trabalhadores e foi assinado pela CTB, CUT, CGTB, CSB, UGT, Força e Nova Central.

Na segunda-feira (4), o vice-presidente Michel Temer se reuniu com ministros e líderes partidários para tratar do ajuste fiscal. No encontro, ele afirmou que se o ajuste fiscal não for aprovado como está o Planalto terá de fazer um contingenciamento "radical" no orçamento o que afetará os recursos das pastas ministeriais. "Se não houver ajuste, o contingenciamento será muito maior", disse.

O presidente da CTB, Adilson Araújo, destacou que é importante construir um diálogo com o Congresso Nacional no sentido de esclarecer os prejuízos que serão causados aos trabalhadores caso as medidas sejam aprovadas. Segundo as centrais e estimativas do Dieese, cerca de 60% dos trabalhadores perderão direito a benefícios trabalhistas como o abono salarial e o seguro-desemprego, caso as medidas sejam aprovadas.

MP 665

O texto da MP 665/2014 aprovado pela comissão mista altera o período de carência para pedir o seguro-desemprego para 12 meses de vínculo - o original era mais rígido e previa carência de 18 meses - atualmente são necessários seis meses de trabalho para que o trabalhador que deixa o emprego solicite o seguro. Outra mudança aprovada no texto diz respeito ao abono salarial. Para ter direito ao abono salarial o funcionário precisa comprovar vínculo formal de, no mínimo, 90 dias - e não mais 30 como prevê a legislação atual.

No texto aprovado, a carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego é de 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão. No segundo pedido, essa carência cai para 9 meses; e nos demais, para seis meses ininterruptos de trabalho. O texto original previa carência de 18 meses nos dois anos anteriores à demissão.

Fonte: Portal CTB com agências